

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Da dos Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0011-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.110222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.


Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO


Paulo André de Oliveira
Sergio Augusto Rodrigues
Carlos Roberto Padovani
Ricardo Ghantous Cervi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223031>

CAPÍTULO 2..... 9

O POTENCIAL DE ECONOMIA NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA BRASILEIRO PARA DIFERENTES CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORAS

Bruno Rodrigues Fernandes Franciscato
Lumila Souza Girioli Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223032>

CAPÍTULO 3..... 38

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDARIA E INCLUSIVA E UMA TRAJETÓRIA CONSTITUTIVA DO BEM VIVER: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES


Tania Cristina Teixeira
Emmanuele Araújo da Silveira
Karen Munhoz de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223033>

CAPÍTULO 4..... 59

UMA ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA FREINET PARA AVALIAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO


Silvia Grizafis Ferreira
Vilmara Sabim Dechandt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223034>

CAPÍTULO 5..... 72

PRECARIEDAD Y PROFESIÓN DEL MERCADO LABORAL DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL ESTADO DE HIDALGO 2005-2012

Carlos Martínez Padilla







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223035>

CAPÍTULO 6..... 88

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS


Alex Gomes Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223036>

CAPÍTULO 7	106
PÓS-DEMOCRACIA, REFORMA TRABALHISTA E A LIMITAÇÃO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA E PONTUAL	
Maria Soledade Soares Cruzes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223037	
CAPÍTULO 8	120
PLANO DE NEGÓCIOS COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA SOLIDEZ DO MERCADO	
Aline Camargo Iara Sônia Marchioretto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223038	
CAPÍTULO 9	130
PREFERÊNCIA PELA REMUNERAÇÃO POR DESEMPENHO: ANTECEDENTES E CONSEQUENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Leonardo Quintas Rocha Bruno Felix Von Borell de Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223039	
CAPÍTULO 10	153
A PERDA DO DIREITO DE ADOECER: O TRABALHADOR FRENTE AO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo Tássia Cristina Palma Sampaio Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230310	
CAPÍTULO 11	162
ACIDENTES, MORTES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE ELETRICIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG	
Igor Silva Figueiredo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230311	
CAPÍTULO 12	173
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O PAPEL DOS ATORES POLÍTICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	
Danielle de Araújo Bispo Hironobu Sano Elisabete Stradiotto Siqueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230312	
CAPÍTULO 13	190
RELATO DE EXPERIÊNCIA QUANTO AO PROJETO DE EXTENSÃO: “A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS CENTROS URBANOS”	
Maria de Lourdes Vieira Frujeri	

Patrícia Bárbara Sousa da Silva

Patrícia Albuquerque de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230313>

CAPÍTULO 14..... 214

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

Giovani Manso Ávila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230314>


CAPÍTULO 15..... 226

O IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Danieli Hermes Rodrigues

Ana Rita Catelan Callegaro

Rosane Maria Seibert


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230315>

CAPÍTULO 16..... 235

IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS EMPREGOS E O FUTURO DO TRABALHO PÓS ERA COVID

Euriam Barros de Araújo

Zulmara Virginia de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230316>

CAPÍTULO 17..... 246

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Lara Regina Morais Evangelista


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230317>

CAPÍTULO 18..... 256

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EJA EM BIBLIOTECAS

Valdirene Pereira da Conceição

Maurício José Morais Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230318>

CAPÍTULO 19..... 262

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Ana Karla de Souza Abud

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230319>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	275
ÍNDICE REMISSIVO.....	276

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Data de aceite: 01/03/2022

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS
São Cristóvão/SE – Brasil

Ana Karla de Souza Abud

Prof. Dr^a. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS
São Cristóvão/SE – Brasil

RESUMO: Apesar de se perceber, nos últimos anos, investimentos sensíveis nos Instituições Oficiais de Perícia Criminal, quotidianamente, não se nota expressivo desenvolvimento tecnológico inovador nesse campo, notadamente no âmbito interno daquelas Instituições. O objetivo do presente trabalho é, valendo-se de pesquisa exploratória-descritiva por meio de aplicação de formulários/questionários eletrônicos, avaliar a percepção dos peritos oficiais de natureza criminal (peritos criminais, médico-legistas e odontologistas) quanto à Propriedade Intelectual e à Inovação no seu ambiente de trabalho. Dentre outras conclusões, percebeu-se que: (a) 42,0% dos participantes possuía especialização *stricto sensu*, o que sugere uma predisposição à pesquisa tecnológica e científica inerente ao cargo; (b) a temática “Propriedade intelectual” não é fomentado dentro do ambiente de trabalho assim como não é bem difundida nas universidades; e (c) os participantes indicam que

o principal entrave à inovação nos órgãos oficiais de perícia criminal, segundo os participantes, é a falta de tempo, seja em virtude da realização dos próprios exames periciais seja em virtude da falta de efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Perícia, criminal, inovação, questionário.

ABSTRACT: Despite noticing, in recent years, sensitive investments in Official Criminal Forensic Institutions, on a daily basis, there is no significant innovative technological development in this field, notably within the internal scope of those Institutions. The objective of this work is, using exploratory-descriptive research through the application of electronic forms/questionnaires, to evaluate the perception of official experts of a criminal nature (criminal experts, coroners and dentists) regarding Intellectual Property and Innovation in your work environment. Among other conclusions, it was noticed that: (a) 42.0% of the participants had a *stricto sensu* specialization, which suggests a predisposition to technological and scientific research inherent to the position; (b) the theme “Intellectual property” is not promoted within the work environment, as well as it is not widespread in universities; and (c) the participants indicate that the main obstacle to innovation in official criminal expertise bodies, according to the participants, is the lack of time, either due to the performance of the forensic examinations themselves or due to the lack of staff.

KEYWORDS: Expertise, criminal, innovation, quiz.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os órgãos de Perícia Criminal foram destinatários de investimentos expressivos do Governo Federal, em parceria com as administrações estaduais, com o objetivo de modernizar tais instituições. Dentre tais investimentos, estão a aquisição de robustos equipamentos de análises laboratoriais (exames em entorpecentes, identificação de venenos, falsificação de documentos, revelação de numerações suprimidas em armas de fogo, etc) e o fomento à padronização e normatização de procedimentos em âmbito nacional.

Cerqueira (2019) aponta que os gastos em segurança pública no Brasil em 2018 totalizaram R\$ 91,2 bilhões, o que correspondeu a 1,34% do PIB naquele ano. Em relação a 2017, houve aumento real de 3,9% nas despesas empenhadas, sendo que o crescimento ocorreu de forma diferenciada entre os entes federativos: enquanto a União aumentou os seus gastos em 12,4%, os estados e municípios majoraram seus dispêndios em 2,3% e 8,7% respectivamente.

O Relatório do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (NRC, 2009) ressalta que a crescente importância das Ciências Forenses para a Segurança Nacional. Para o Relatório, ameaças à alimentação e ao transporte, preocupações acerca da segurança nuclear e cibernética e a necessidade de se desenvolver respostas rápidas a ameaças nucleares, químicas, radiológicas e bacteriológicas justificam a necessidade de garantir que haja um suprimento suficiente de profissionais adequadamente treinados em Ciência Forenses. Ainda, o documento do órgão americano destaca o desenvolvimento e a aplicação das Ciências Forenses para apoiar atividades de inteligência, investigações e operações que objetivam o combate ao terrorismo.

Na espécie, assim, em que pese os investimentos massivos nos órgãos de segurança pública, em especial nos órgãos de perícia oficial, não se tem detectado, seja em termos de contemplação em planejamento estratégico, seja na realidade prática, palpável inovação tecnológica na área de ciências forenses no Brasil. Percebe-se, portanto, um descompasso na área de Ciências Forenses no território nacional. Se, por um lado, há investimentos crescentes do governo federal (principalmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP) e dos governos estaduais (com o direcionamento de emendas parlamentares, por exemplo), por outro lado, não há expressivo desenvolvimento tecnológico inovador nesse campo, notadamente interno aos órgãos de perícia, de onde deveria emanar a maioria do desenvolvimento da área.

O objetivo do presente trabalho é, valendo-se de pesquisa exploratória-descritiva por meio de aplicação de formulários/questionários, levantar a percepção dos peritos oficiais de natureza criminal (peritos criminais, médico-legistas e odontologistas) quanto à Propriedade Intelectual e à Inovação no seu ambiente de trabalho.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada em questionário/formulário online (formulários Google), disponibilizados em grupos de comunicação instantânea (WhatsApp) formados por peritos oficiais bem como por meio de e-mail destinado à Direção dos órgãos oficiais de perícia. No primeiro caso, tais peritos foram recrutados nos grupos de que o autor do presente trabalho faz parte; no segundo, foram enviadas comunicações eletrônicas, com o link do formulário, à Direção dos diversos órgãos oficiais de perícia do Brasil, solicitando o encaminhamento do questionário aos peritos lotados nas respectivas Instituições. O endereço de e-mail da Direção de cada um dos órgãos oficiais de perícia do Brasil foi obtido tanto via internet quanto por meio de relações institucionais.

Previamente à disponibilização do questionário, tal instrumento foi submetido, via Plataforma Brasil, à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), que o aprovou em 09/11/2020 sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 35795120.0.0000.5546 (Parecer 4.386.220, Prof. Dr. Francisco de Assis Pereira).

Foram incluídos na pesquisa os participantes que, livre e espontaneamente, responderam de forma positiva ao Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), prévio ao formulário, sendo excluídos aqueles que não o fizeram ou se declararam como ocupantes de cargos diversos ao de perito oficial de natureza criminal (peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas). Consoante aprovado pelo CEP/UFS, o formulário ficou disponível para respostas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020.

Grosso modo, o questionário (Anexo A) foi composto por duas partes. A primeira parte se referiu à qualificação do participante: nome (opcional), e-mail (opcional e destinado à disponibilização dos resultados da pesquisa), Instituição/Estado (obrigatório), cargo (obrigatório), tempo em atividade (opcional), área de atuação (opcional) e nível acadêmico (opcional). A segunda parte, por sua vez, envolveu 15 perguntas, diretas ou indiretas, relacionadas ao objeto da pesquisa, havendo possibilidade de respostas objetivas (sim/não ou avaliação em escala de 0-10) e subjetivas (discursivas). Nenhuma das perguntas da segunda parte do formulário foi arbitrada como obrigatória. Ao fim do formulário, havia possibilidade de o participante tecer observações adicionais que julgava pertinentes bem como campo destinado a indicar o interesse em receber os resultados da pesquisa (via e-mail fornecido na primeira parte do questionário).

3 | RESULTADOS

Ao todo, 194 peritos oficiais decidiram participar da pesquisa e concordaram em responder às perguntas. Considerando um universo amostral de aproximadamente 7500 peritos oficiais em atividade no Brasil (de acordo com consultas a Portais da Transparência

e informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação) e um nível de confiança de 90%, infere-se que o grupo estudado é representativo da população, apresentando erro amostral de 5,79%.

À exceção da Paraíba, peritos estaduais e federais atuantes em todos os Estados do país participaram da pesquisa, sendo que, em número de participantes, se destacaram os Estados de São Paulo (29,0%), Mato Grosso (14,0%), Minas Gerais (8,8%), Sergipe (5,7%) e Santa Catarina (5,2%). A distribuição geográfica dos participantes é exibida na Figura 1.



Figura 1 – Distribuição geográfica dos participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A Figura 2 demonstra a distribuição dos participantes por tempo de atividade, sendo possível perceber que predominam aqueles com o menor tempo de experiência (de um a sete anos – 49,5%). Essa diversidade de vivência laboral é salutar ao estudo proposto uma vez que contempla tanto a opinião daqueles que estão começando na profissão (e oxigenam a instituição com novas ideias) quanto dos que aí estão há mais tempo, possibilitando uma identificação mais eficaz de pontos de melhoria.

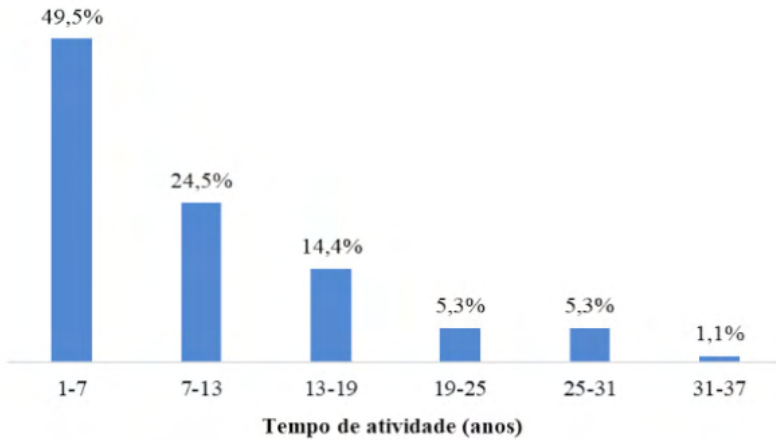


Figura 2 – Distribuição dos participantes por tempo de atividade.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Quanto ao nível acadêmico dos participantes, percebeu-se que 22,8% possuíam apenas a graduação, 35,2% possuíam especialização lato sensu, 30,6% haviam concluído o Mestrado e 11,4% possuíam título de Doutor, conforme apresentado pela Figura 3. Não foram identificados participantes sem formação superior uma vez que a graduação é requisito do cargo de perito oficial por força legal (art. 159, caput, Código de Processo Penal). Dessa forma, é possível notar que 42,0% dos participantes possuíam especialização stricto sensu (Mestrado e Doutorado), o que sugere uma predisposição inerente ao cargo para a pesquisa tecnológica e científica.

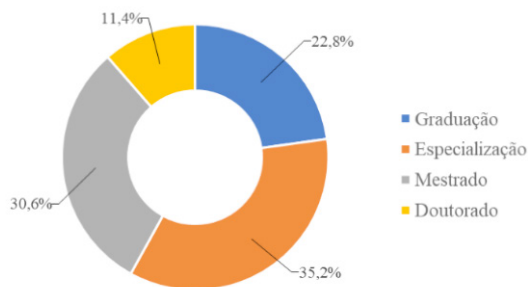


Figura 3 – Distribuição dos participantes por maior titulação acadêmica.

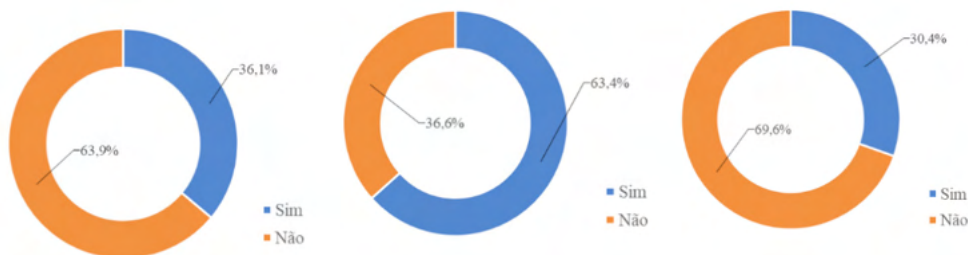
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Ao serem questionados sobre a importância da inovação tecnológica para o desempenho das atividades laborais (Pergunta 1), 100% dos participantes responderam de forma afirmativa. Sobre os benefícios que a inovação traz/traria para o exercício da

atividade pericial (Pergunta 2), as respostas se concentraram, principalmente, em torno de: (1) maior diversidade e eficiência/resolutividade dos casos postos à análise; (2) maior confiabilidade/robustez aos resultados dos exames, trazendo maior segurança às conclusões periciais; (3) economia de tempo nas análises; (4) praticidade de manipulação/utilização dos equipamentos, conferindo-lhes mobilidade para serem utilizados em campo; (5) possibilidade de adaptação aos avanços tecnológicos da criminalidade (crimes em ambiente virtual, novas drogas de abuso, etc.); (6) agilidade no compartilhamento de dados com outros órgãos encarregados da persecução penal, possibilitando o estabelecimento de conexões entre casos e/ou indivíduos investigados; (7) diminuição de etapas prévias à análise, como o preparo de amostras; e (8) agilidade e virtualização dos trâmites burocrático-administrativos da instituição.

Quando questionados se a instituição em que trabalhavam incentivava a inovação tecnológica no trabalho (Pergunta 3), 63,9% responderam que não (Figura 4). Entretanto, quando questionados sobre a participação em algum curso, palestra, seminário ou treinamento sobre inovação tecnológica (Pergunta 4), 63,4% dos participantes assinalaram resposta positiva (Figura 5). Assim, percebe-se que, apesar de já terem tido contato com inovação tecnológica (o que é justificado pelo contato de grande parte dos profissionais com pesquisa científica – Mestrado e Doutorado, Figura 3), tais profissionais não consideram que a instituição de que participam os incentive a inovar e desenvolver novas tecnologias.

Lado outro, ao responder à Pergunta 5, sobre algum eventual contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento) com Propriedade Intelectual, 69,6% dos participantes indicaram que não tiveram contato com o tema (Figura 6). Assim, de se notar que, em que pese reconhecerem terem tido contato com inovação tecnológica de forma genérica (Figura 5), os participantes indicam não ter conhecimento sobre Propriedade Intelectual, o que aponta para uma possível deficiência na identificação do instrumento de proteção apropriado para as tecnologias/inovações que eles possam desenvolver.



Figuras 4, 5 e 6 – Distribuição de respostas às Perguntas 3, 4 e 5.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Quando questionados sobre haver algum produto (software/técnica de análise/

objeto) desenvolvido na instituição e que tenha sido devidamente registrado (como patente, modelo de utilidade, software) (Pergunta 6), 86,5% dos participantes responderam de forma positiva (Figura X).

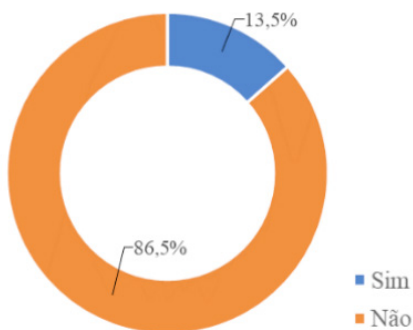


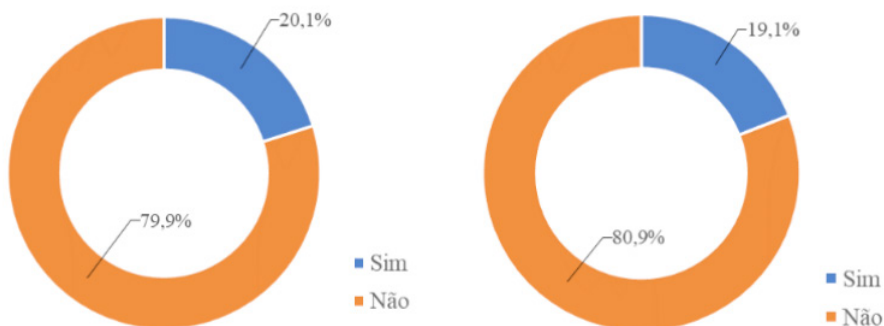
Figura 7 – Distribuição de respostas à Pergunta 6.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Dentre os produtos inovadores registrados apontados pelos participantes (Pergunta 7) estão o GDL (sistema de gerenciamento de laudos desenvolvido pela Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo), o Forensys (software/web application para gestão de laudos e requisições de perícia desenvolvido pelo Perito Paulo Roberto Cardoso, do Instituto de Criminalística de Sergipe), o NuDetective (software que identifica arquivos com conteúdo pornográfico infanto-juvenil em locais de crime e de busca e apreensão, desenvolvido pelos Peritos Federais Pedro Eleutério e Mateus Polastro), o IPED (software para indexação e processamento de evidências digitais, desenvolvido pelo Perito Federal Luís Felipe Nassif), o ODIN (sistema de gerenciamento de informações desenvolvido pelo Perito Diego Mota, da Polícia Técnico-Científica de Goiás), e o Peritus (sistema da Polícia Federal que possibilita a análise forense de evidências multimídia).

Quando questionados sobre haver algum produto inovador desenvolvido na instituição, mas que não tenha sido devidamente registrado (Perguntas 8 e 9), 62,4% dos participantes indicaram não ter conhecimento a respeito. Dos 37,6% que afirmaram ter conhecimento, houve indicação de produtos relacionados a: (1) captação de informações do local de crime por meio de tablet; (2) restauração de imagens em aparelhos DVR; (3) stub (suporte de alumínio com fita adesiva) para coleta de material para exame residuo gráfico de pólvora; (4) extração de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea; e (5) câmera fotográfica de espectro completo para fotografar em radiação ultravioleta (UV), infravermelho (IR) e luz visível. Além de tais aplicabilidades específicas, percebeu-se a recorrente menção a ferramentas de gestão burocrática do órgão (como requisições de exames, cadastro de ocorrências, emissão de laudos e armazenamento de fotografias).

Quando indagados a respeito de participação em projetos de pesquisa internos à instituição (Pergunta 10) e participação em projetos de pesquisa em parceria com instituições de ensino (Pergunta 11), os resultados foram semelhantes: aproximadamente 80% dos participantes responderam que nunca participaram (Figuras 8 e 9). Tais resultados sugerem tanto a deficiência de fomento institucional à pesquisa científica e tecnológica quanto uma baixa interação entre os órgãos oficiais de perícia e as instituições de ensino.



Figuras 8 e 9 – Distribuição de respostas às Perguntas 10 e 11.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Com relação à Pergunta 12, referente ao conhecimento sobre as inovações tecnológicas como critério/pontuação para a promoção na carreira, 69,1% dos participantes apontaram que não existe tal critério, 27,8% indicaram não saber e apenas 3,1% indicaram existir (Figura 10).

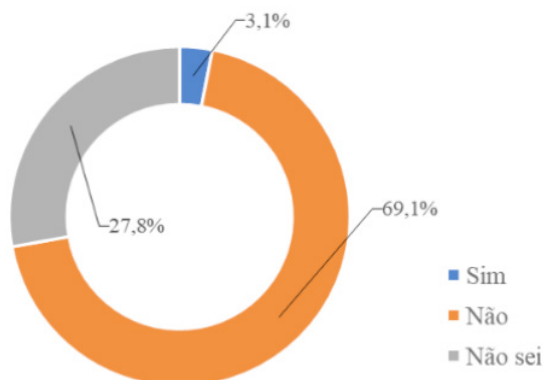
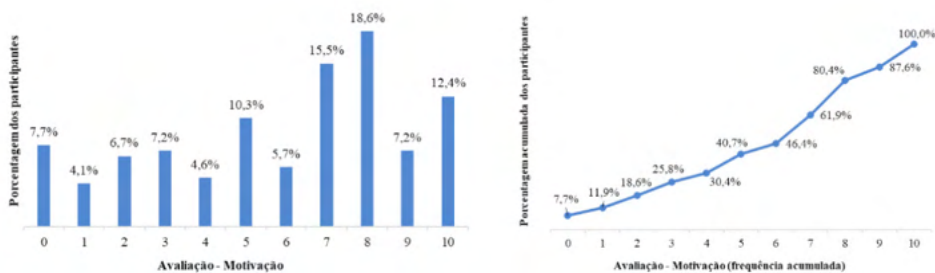


Figura 10 – Distribuição de respostas à Pergunta 12.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Os peritos que indicaram que a inovação tecnológica está contemplada como critério para a promoção na carreira se declararam como exercendo suas funções nos órgãos periciais de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em verdade, ao se investigar os instrumentos normativos que regulam a promoção dos peritos nestes Estados, não se identificou a inovação tecnológica como um critério específico para a promoção. Em geral, o que se notou, no âmbito das promoções por merecimento, foi a consideração genérica de obras técnico-científicas, a exemplo de “a participação, a conclusão ou a produção de atividades relacionadas diretamente com as áreas técnicas da perícia forense” (art. 44, caput, Lei Estadual 11.156/2010 do Estado de Santa Catarina) ou “elaboração de trabalho técnico-científico de interesse policial” (Art. 15, §3º, item 4, da Lei Estadual 1.151/2011 do Estado de São Paulo).

Quando instados a avaliar o nível de motivação à inovação (Pergunta 14), considerando 0 como totalmente desmotivado e 10 como totalmente motivado, os participantes responderam ao formulário da forma representada pela Figura 11. Tais resultados apresentam média de 5,91 e desvio padrão de 3,04, com maior concentração das respostas na metade mais elevada da escala (de indiferença a motivação total): 59,3% dos participantes avaliaram a sua atividade com nível 5 ou superior (Figura 12). Entretanto, destaque-se que quase um quinto dos participantes se situaram nos três níveis mais baixos da escala, sendo que 7,7% se considera totalmente desmotivado para inovar no trabalho.



Figuras 11 e 12 – Distribuição de respostas à Pergunta 14 e frequência acumulada.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Com relação aos entraves que os participantes enxergam como existentes à inovação ou pesquisa no âmbito do trabalho (Pergunta 15), os resultados são apresentados na Figura 13. Desta, pode-se perceber que falta de tempo e indiferença para progressão na carreira somam 56,2%. Dentre as respostas mais comuns para a opção “Outros”, foram observadas: (1) ingerência política na instituição; (2) falta de recursos; (3) ausência de interesse institucional em implementar soluções oriundas de pesquisas anteriores; (4) acúmulo de funções técnicas e administrativas; (5) concentração dos projetos apenas na(s)

unidade(s) da capital; e (6) resistência dos colegas de trabalho frente às inovações. Este último fator, inclusive, já é conhecido da literatura especializada (ROLIM, 2007; RUEDIGER, 2013).

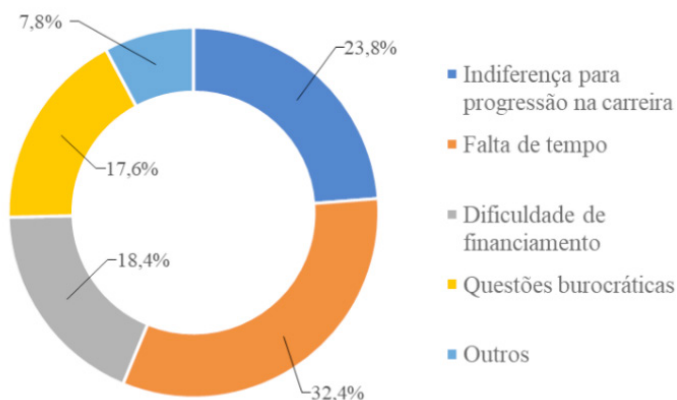


Figura 13 – Distribuição de respostas à Pergunta 15.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

4 | CONCLUSÕES

Em suma, a aplicação do formulário online, observa-se que:

4.1) uma parcela significativa dos participantes (42,0%) possuía especialização stricto sensu (Mestrado e Doutorado), o que sugere uma predisposição inerente ao cargo para a pesquisa tecnológica e científica;

4.2) os participantes, à unanimidade, concordam a inovação tecnológica é importante para o desempenho de suas atividades laborais, trazendo como benefícios, sobretudo, maior diversidade e eficiência/resolutividade dos casos postos à análise, maior confiabilidade/robustez aos resultados dos exames e economia de tempo nas análises;

4.3) a opinião de que a instituição em que trabalham não incentiva a inovação tecnológica é predominante entre os participantes;

4.4) em que pese a maioria ter declarado já ter tido alguma instrução sobre inovação tecnológica (provavelmente enquanto estudantes de graduação ou pós-graduação), a maior parte dos participantes indicou não ter tido instrução sobre Propriedade Intelectual, o que sugere tanto que o tema não é fomentado dentro do ambiente de trabalho quanto que a temática não é bem difundida nas universidades;

4.5) a maior parte dos participantes indicou haver produtos inovadores desenvolvidos em suas instituições e que foram devidamente registrados, indicando alguns deles (em sua maioria, softwares para processamento de dados digitais ou sistemas de gerenciamento burocrático de laudos, requisições de exames e documentos

congêneres). Entretanto, consultando a base de dados do INPI, não se constatou registro de tais programas de computador (à exceção do software Forensys, desenvolvido em Sergipe, em que houve confirmação da ausência de registro, não se conseguiu entrar em contato com os desenvolvedores dos demais produtos para confirmar a ausência de proteção junto à base do INPI). Tal fato indica que, em virtude de a Propriedade Intelectual não ser difundida nos órgãos de perícia, tanto os peritos não conseguem identificar propriamente de que se trata de um registro quanto os desenvolvedores dos produtos não identificam ou não valoram corretamente a importância da proteção intelectual das suas criações;

4.6) não são comuns projetos de pesquisa internos à instituição nem em parceria com instituições de ensino, o que aponta tanto a para a deficiência de fomento institucional à pesquisa científica e tecnológica quanto para um distanciamento relacional entre os órgãos oficiais de perícia e as instituições de ensino;

4.7) a maior parte dos peritos apontou que as inovações tecnológicas não são contempladas, pela legislação que rege o cargo que ocupam, como critério/pontuação para a promoção na carreira, o que contribui para o desestímulo ao desenvolvimento de produtos (segundo principal entrave à inovação tecnológica nos órgãos oficiais de perícia, ficando atrás apenas da falta de tempo);

4.8) o principal entrave à inovação nos órgãos oficiais de perícia criminal, segundo os participantes, é a falta de tempo, seja em virtude da realização dos próprios exames periciais seja em virtude da falta de efetivo, o que termina por direcionar o exercício de funções administrativas aos peritos.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, D. Gastos com Segurança Pública. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

NRC – National Research Council. Committee on Identifying the Needs of the Forensic Sciences Community. **Strengthening Forensic Science in the United States: A Path Forward**. Washington, DC: National Academy of Sciences, 2009

ROLIM, M. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, ed. 1, p. 32-46, 2007.

RUEDIGER, M.A. The rise and fall of Brazil's public security program: PRONASCI. **Police Practice and Research**, v. 14, n. 4, p. 280-294, 2013.

ANEXO A (FORMULÁRIO/QUESTIONÁRIO APLICADO)

Nome (opcional):

E-mail (opcional):

Instituição/Estado:

Cargo:

Tempo de atividade:

Área de atuação:

Nível acadêmico (Graduação/Especialização/Mestrado/Doutorado)

Pergunta 1: Você considera que a inovação tecnológica é importante e/ou traz benefícios para a sua atividade laboral? (SIM/NÃO)

Pergunta 2: Em caso positivo, qual(is)? (Resposta aberta)

Pergunta 3: Você considera que a Instituição em que você desenvolve suas atividades incentiva a inovação tecnológica no trabalho? (SIM/NÃO)

Pergunta 4: Você já teve contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento, etc.) sobre inovação tecnológica? (SIM/NÃO)

Pergunta 5: Você já teve contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento, etc.) sobre propriedade intelectual? (SIM/NÃO)

Pergunta 6: Você tem conhecimento de algum produto (software/técnica de análise/objeto/ etc) desenvolvido em sua instituição que tenha sido devidamente registrado (como patente, modelo de utilidade, software, etc)? (SIM/NÃO)

Pergunta 7: Em caso positivo, qual? (Resposta aberta)

Pergunta 8: Há/Houve, na sua instituição, o desenvolvimento de algum produto (software/ técnica de análise/objeto/etc) que você julga ser inovador, mas que não foi devidamente registrado? (SIM/NÃO)

Pergunta 9: Em caso positivo, qual a função dele e/ou qual a área em que ele é aplicado (Balística, Documentoscopia, Computação, etc.)? (Resposta aberta)

Pergunta 10: Você já teve a experiência de participar de projetos de pesquisa dentro da sua instituição? (desconsiderar projetos que participou como discente de graduação ou pós-graduação) (SIM/NÃO)

Pergunta 11: Você já teve a experiência de participar de projetos de pesquisa frutos de parcerias entre a sua instituição e universidades/instituições de ensino? (SIM/NÃO)

Pergunta 12: Há, na sua legislação de regência, critérios/pontuações para promoção

baseados no desenvolvimento de inovações tecnológicas? (SIM/NÃO)

Pergunta 13: Avalie, numa escala de 0 (emprega baixíssimo nível de tecnologia) a 10 (emprega altíssimo nível de tecnologia), o nível tecnológico do seu trabalho.

Pergunta 14: Avalie, numa escala de 0 (totalmente desmotivado) a 10 (totalmente motivado), a sua motivação para desenvolver tecnologias inovadoras no seu trabalho.

Pergunta 15: Qual(is) o(s) principal(is) entraves à inovação/pesquisa no seu trabalho? (Seleção de uma ou mais opções abaixo)

- Falta de tempo, tendo em vista as tarefas cotidianas;
- Dificuldade de financiamento;
- Questões burocráticas;
- Indiferença para progressão na carreira;
- Outros (especificar) (Resposta aberta)

Pergunta 16: Observações adicionais (quaisquer observações que deseje realizar sobre o tema “Inovação em Ciências Forenses/Perícia Criminal”) (Resposta aberta)

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEPG e presta assessoria, capacitações e supervisões técnicas em relação a política de assistência social e garantia dos direitos. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração de empresas 9, 56, 233

Ambiente de contratação livre de energia 9

Animais 1, 4, 5, 7, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189

Animais domésticos 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

Atores políticos 173, 174, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Auditoria 246, 247, 249, 252, 253, 255

B

Bem viver 38, 54

Brasil 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 155, 160, 161, 163, 164, 168, 171, 172, 175, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 211, 212, 216, 219, 220, 224, 225, 241, 244, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 272

C

Capital humano 59, 60, 61, 62, 70

Cemig 13, 21, 22, 23, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171

Centros urbanos 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210

Cidade i-mobilizada 214

Comércio eletrônico 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contexto online 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contornamento territorial 214, 215, 219, 222

Covid-19 235, 236, 241

Crescimento 1, 3, 4, 5, 6, 7, 53, 62, 63, 68, 69, 71, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 195, 206, 231, 240, 245, 263

D

Desemprego 40, 45, 48, 55, 57, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 239, 240, 241, 243

Desenvolvimento 1, 3, 5, 7, 10, 14, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 103, 121, 137, 146, 147, 168, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 226, 227, 229, 235, 236, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 262, 263, 272, 273, 274

Diversificação 1, 2, 194

E

Economia solidária 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

Eletricitários 162, 167, 170, 171

Emprego 39, 44, 50, 53, 54, 90, 94, 101, 103, 116, 143, 162, 163, 171, 172, 202, 203, 235, 236, 238, 240, 241, 244, 245

Equação estruturada 130

F

Flexibilização trabalhista 88

Fotografia 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 38, 52, 140

Gestão empresarial 71, 120, 127

Gestão energética 9

I

Imaginário social 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210, 211

Informação étnico-racial 256, 257, 258, 259, 260

Inovação 52, 62, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 230, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 251, 262, 263, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274

Instrumento 2, 41, 43, 48, 59, 61, 64, 91, 103, 107, 110, 112, 120, 121, 122, 127, 137, 141, 191, 192, 193, 233, 264, 267

Inteligência artificial 236, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253

J

Judiciário 55, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117

M

Mercado laboral 72, 73, 78, 81, 83, 85, 86

Modo de produção 38, 39, 40, 41, 43, 44, 52, 53, 55, 58

Monitoramento 10, 35, 186, 188, 196, 246, 247, 249, 250, 252, 253

Mototáxi 214, 219, 220, 221, 222, 225

O

Olhar fotográfico 190, 193, 194, 197, 200

P

Pandemia 52, 235, 238, 241, 244
Papel educativo da biblioteca 256
Perícia criminal 262, 263, 272, 274
Planejamento 47, 60, 67, 68, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 133, 148, 188, 260, 263
Plano de negócios 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129
Políticas inovadoras 173, 174, 175
Pós-democracia 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117
Precarização 90, 111, 116, 158, 162, 163, 165, 171, 172
Previdência social 90, 153, 154, 156, 157, 158
Profesión 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 85, 86

Q

Questionário 122, 129, 131, 137, 138, 140, 141, 179, 209, 262, 264, 273

R

Readaptação/Reabilitação 153, 154, 158, 159, 160
Recessão econômica 88, 90, 95, 101, 102, 103
Redução de custos fixos 9
Reforma trabalhista 88, 89, 95, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119
Regiões 1, 2, 3, 7, 12, 168, 188, 192
Regressão 1, 3, 12
Relato de experiência 190, 197
Remuneração por desempenho 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149
Revolução industrial 235, 236, 237, 238, 242, 244, 247, 251, 252, 255

S

Semi-profesión 72
Sobrecarga de informações 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233

T

Tarifas de energia 9, 13, 15, 31, 36
Terceirização 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172
Trabajador social 72, 73, 74, 76, 81, 85
Trabalhadores 41, 44, 45, 48, 89, 90, 92, 101, 102, 111, 112, 113, 116, 117, 131, 153, 156,

157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 195, 236, 237, 240

Trabalho 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 70, 71, 88, 89, 90, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 184, 187, 188, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 220, 221, 224, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 270, 271, 273, 274

Treinamento 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 205, 249, 267, 273

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2

